



REQUERIMENTO	Número	/	(. ^a)	
PERGUNTA	Número	/	(. ^a)	
Assunto:					
Destinatário:					

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Pefaco, Portugal, S.A foi concessionária do Bingo da Boavista, que pertence ao Boavista Sport Clube, após ter adquirido o controlo exclusivo sobre várias concessões autónomas de exploração do jogo do bingo espalhadas por todo país.

Em virtude das medidas sanitárias impostas pelo combate à pandemia Covid-19, o bingo da Boavista encerrou portas a 14 de janeiro de 2021 e, a essa data, já se encontrava em atraso o pagamento de metade do subsídio de natal, a que se seguiu o não pagamento de salários.

Em março de 2021, cerca de 55 trabalhadores requereram a suspensão de contrato de trabalho fundada na falta de pagamento pontual da retribuição. O que significa que estão, desde esse momento, a receber o correspondente a 65% do seu salário, o que, nalguns casos, não atinge sequer o valor do salário mínimo nacional.

Os incumprimentos da Pefaco eram a regra e não exceção, uma vez que, desde de 2016, data em que lhe foram atribuídas as cinco concessões de bingo, não cumpria as suas obrigações fiscais perante Estado, acumulando uma dívida que poderá ascender a 9 milhões de euros.

Em junho de 2021, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda questionou o Governo, dirigindo pergunta ao Ministério do Trabalho e Segurança Social e ao Ministério de Estado, da Economia e da Transição Digital, para que fosse assegurada uma resposta célere aos trabalhadores do Bingo da Boavista. Em resposta, remetida no mês seguinte, o Ministério de Estado, da Economia e da Transição Digital garantia não só o conhecimento e acompanhamento da situação, como também que "o SRIJ tem como uma das suas prioridades o respeito pelas condições laborais dos trabalhadores afetos às explorações de jogo, nas diversas dimensões da vida em que aquelas se repercutem: económicas, sociais e familiares. Por este facto, sempre que é aberto um procedimento de concurso público, em vista à adjudicação da exploração de salas de jogo do bingo, uma das condições impostas ao novo concessionário consiste na assunção das obrigações respeitantes aos trabalhadores afetos à concessão anterior (mantendo os seus contratos de trabalho e respetivas condições contratuais em vigor), cumprindo os

instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis e não podendo essa integração acarretar a perda de quaisquer direitos e regalias dos trabalhadores em causa.".

No dia 30 de novembro de 2021, a Pefaco é declarada insolvente e os seus trabalhadores despedidos a 25 de janeiro de 2022, tendo, naturalmente, contestado o despedimento junto do Administrador de Insolvência que, até à presente data, não deu qualquer resposta.

Ainda no mês de novembro é lançado, pelo Governo, um concurso público para a concessão da exploração das salas de jogo do bingo, anteriormente adjudicadas à Pefaco, sendo a vencedora do concurso o grupo Wincity. Do caderno de encargos do concurso lançado resulta a transmissão dos trabalhadores afetos à concessão anterior e, nesse seguimento, foi dirigido ao grupo Wincity um pedido de reunião por parte dos trabalhadores, sem que tivessem recebido qualquer resposta.

O grupo Wincity, a par do Bingo da Boavista, detém atualmente a exploração do Bingo de Almada, Bingo da Académica e Bingo do Belenenses, todos eles em funcionamento, à exceção do Bingo da Boavista.

A situação atual dos trabalhadores do Bingo da Boavista é ainda pior do que aquela que levou o Bloco de Esquerda a questionar o Governo em junho de 2021. Estão há mais de um ano com salários em atraso, numa situação de total incerteza, sem que lhes sejam dadas quaisquer respostas, designadamente quanto à manutenção dos seus postos de trabalho. Tem de ser garantido, a cada um destes trabalhadores, a manutenção do seu posto de trabalho. Uma imposição que é legal e também contratual.

O Governo é parte ativa neste processo e tem de assegurar que as condições laborais destes trabalhadores não continuam a ser gravemente penalizadas por uma situação que lhes é totalmente alheia.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

- 1. Tem o Governo conhecimento da atual situação em que se encontram os trabalhadores do Bingo da Boavista?
- 2. Vai o Governo garantir que, nos termos contratuais e legais, é assegurada a manutenção destes postos de trabalho e as respetivas condições dos contratos de trabalho em vigor?
- 3. Que motivos justificam o atraso na transmissão destes postos de trabalho para a nova concessionária, protelando a situação de incerteza em que estes trabalhadores vivem há mais de um ano?

Palácio de São Bento, 23 de março de 2022

Deputado(a)s

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)